



EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 14/2026

GMS 775/2026

Processo nº 25.683.070-1

UASG 459651

Modalidade: Pregão Eletrônico

1. PREÂMBULO

1.1 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 171/2025, de 05/06/2025, e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Lei Complementar Federal nº 123/2006, suas alterações, e demais normas aplicáveis, torna público a realização de Licitação, na modalidade, **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para contratação do objeto descrito na Cláusula 3, em **Regime de Fornecimento com entrega única**.

2 - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **Compras.gov.br**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **www.compras.gov.br**

2.1.1 O edital está disponível nos endereços eletrônicos <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br e www.licitacao.uenp.edu.br.

2.1.2 Os autos do processo da licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema e-protocolo no site www.e-protocolo.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

2.2 Acolhimento das propostas: **até as 08h30min do dia 24/06/2026**.

2.3 Disputa de Preços: **as 08h35min do dia 24/06/2026**.

2.4 Modo de Disputa: **Aberto e Fechado**.

2.5 Critério de Julgamento: **Menor Preço por Item**.

2.6 Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

2.7 Na hipótese de indisponibilidade do sistema Compras.gov ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será remarcada, com um prazo mínimo de 24 horas para abertura a partir do aviso de remarcação no sistema.



3 - OBJETO

3.1 Aquisição de equipamentos e materiais para ampliação da infraestrutura de videomonitoramento das unidades do Campus de Jacarezinho.

3.2 Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no portal Compras.Gov e as especificações constantes deste Edital, **prevalecerão as especificações do Edital.**

4 - VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

4.1 O valor máximo total desta licitação é de **R\$ 44.141,98 (quarenta e quatro mil, cento e quarenta e um reais e noventa e oito centavos).**

5 - DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÕES

5.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital desta licitação, conforme disciplina o Art. 164 da Lei 14.133/21.

5.2 Os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações deverão ser formulados por escrito, encaminhados por meio do e-mail **licitacao@uenp.edu.br**.

5.3 Os pedidos serão analisados e decididos pela Comissão de Licitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações, apresentados após o prazo estabelecido, levando-se à presunção de total e irrestrito aceite aos termos e condições fixados no edital e seus anexos.

5.5 Fica a critério do Pregoeiro, exclusivamente, conhecer os pedidos encaminhados de forma diversa a estabelecida no item 5.2.

6 - ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4548.12.364.34.8149, natureza de despesa 3390-3026, 4490-5224, 4490-5233, 4490-5235. Fonte: 501.

7 - DO LOCAL, DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 O objeto deverá ser entregue nas unidades da UENP no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

7.1.1 O objeto deverá ser entregue em embalagem original de fábrica, acompanhado da nota fiscal/fatura.



7.2 As entregas deverão ser realizadas na Sede Administrativa do Campus de Jacarezinho, Av. Manoel Ribas, nº 215 – Centro, Jacarezinho/PR, CEP 86.400-000, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

7.3 O fornecimento será realizado em **entrega única**.

7.5 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação mediante “atesto” na fiscal/fatura, circunstanciado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo.

7.6 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.8 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação enviada pela UENP.

7.9 Os itens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do material, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

8 - DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega definitiva dos itens solicitados e a aprovação do profissional indicado pela UENP, responsável pela supervisão.

9 - DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

9.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema **Compras.gov.br**

9.2 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema.

9.3 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao o sistema de compras eletrônicas implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao Pregão.

9.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 Os interessados em participar devem dispor de chave de identificação e senha



pessoal do sistema de compras eletrônicas Compras.gov.br

10.2 Poderão participar do presente certame todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital e que:

- a) não tenham sido declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público;
- b) não estejam em processo de falência ou concordata;
- c) não estejam proibidas de transacionar com o Poder Público.

10.3 Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem nas situações de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021

10.3.1 Não poderão participar as empresas inseridas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (com sanção de impedimento de licitar/contratar com o Estado do Paraná).

10.4 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

10.5 É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) empresa que esteja temporariamente suspensa para participar de licitação e impedida de contratar com a UENP;
- f) empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, a partir da publicação do ato na Imprensa Oficial.

10.6 Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão e da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

11 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 O licitante deverá enviar sua proposta e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema **Compras.gov.br**, no prazo previsto neste edital.

11.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos



previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

11.3 O critério de julgamento das propostas será o de Menor Preço por Item.

11.4 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sendo considerado como tal em caso de omissão.

11.5 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência das propostas.

12 - DO MODO DE DISPUTA

12.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“Aberto e Fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 minutos, aleatoriamente determinado (randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.3.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, o sistema convocará os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, para oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

12.4.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.5 Poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

13 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e sistema eletrônico indicados neste Edital.



13.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

13.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.

13.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 12.3 deste Edital.

13.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da sessão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.13 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas/empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



13.14 Nessas condições, as propostas de microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.15 A ME/EPP melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.16 Caso a microempresa/empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.17 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

13.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.20 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

13.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.23 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, com a indicação da marca (e modelo quando aplicável) acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, como folders, catálogos e etc.

13.23.1 Será considerado ofertado o item (marca e modelo) que estiver descrito na proposta final ajustada, independentemente da descrição inserida no sistema compras.gov antes da disputa.

13.24 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 13.23.

13.25 Encerrada a fase de lances, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.



13.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- b) contenha vício insanável ou ilegalidade;
- c) não apresente as especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos;
- d) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

14.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

14.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

14.4.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

14.4.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se catálogos e outros documentos referentes aos itens ofertados.

14.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

14.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.8 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.9 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



14.10 Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

14.11 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita.

14.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante arrematante, observado o disposto neste Edital.

15 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1 Os licitantes arrematantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a especificação do objeto ofertado e o preço proposto, e os documentos de habilitação até a data e o horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

15.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

15.3 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

15.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

16.1 Os documentos para habilitação que deverão ser inseridos no sistema Compras.gov.br são os seguintes:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores – os documentos podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais da proponente e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) **Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (CND Federal)**, mediante a apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive contribuições sociais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, ou outra equivalente, na forma da lei;



- d) **Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual (CND Estadual)**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (CND Municipal)**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, ou outra equivalente, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa proponente;
- f) **Certificado de Regularidade de Situação - CRF (FGTS)**;
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**;
- h) **Certidão do Distribuidor probatória de inexistência de processos de falência e concordata, ou recuperação judicial e extrajudicial**. Não constando o prazo de validade, será aceita somente a certidão expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura das propostas;

16.2 Conforme o contido na Lei Complementar n° 123/06, na habilitação de micro-empresa ou empresa de pequeno porte, “havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.”.

16.2.1 As Microempresas/Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

16.3 Ainda em referência a Lei Complementar 123/2006 será aplicado o benefício do empate ficto às microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 e 45).

16.4 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital, que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

16.4.1 A habilitação do licitante com cadastro completo no SICAF ou GMS/CFPR poderá ser verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica financeira), dispensando o envio desta documentação, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

16.4.1.1 Ao licitante inscrito no SICAF ou GMS/CFPR, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida nestes sistemas, será facultada a apresentação da documentação atualizada na plataforma Compras.gov.br.



16.5 No caso de alguma certidão negativa estar ausente ou vencida, tratando-se de documentos passíveis de serem consultados na internet, poderá o pregoeiro realizar consulta aos sites emissores para verificação da regularidade da empresa arrematante.

17 - DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no edital, tanto no tocante à proposta quanto à documentação de habilitação, o licitante que ofertar o menor preço será declarado vencedor, pelo Pregoeiro.

17.2 Depois de resolvidos os recursos eventualmente formulados ou, em caso de sua inexistência, os autos serão encaminhados à autoridade competente, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação. para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar a licitação por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.

17.3 Homologada a presente licitação, a UENP convocará o adjudicatário para assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil, em até 05 (cinco) dias úteis (prorrogável a critério da UENP), sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

17.4 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.5 A UENP poderá, quando o convocado não assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil no prazo e condições estabelecidos neste edital: convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços; ou revogar a licitação.

17.5.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 1º colocado, a UENP poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

17.6 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.



18 - DOS RECURSOS

18.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

18.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico.

18.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico.

18.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

18.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo Pregoeiro.

18.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

19.1.1 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar por prazo não superior a 02 (dois) anos,
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

19.1.2 Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.



19.2 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

19.3 A sanção administrativa de **MULTA** poderá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total dos itens no qual participou, e será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não manter sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.
- e) apresentar documento falso;
- f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

19.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

19.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

19.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

19.7 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR).

19.8 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

19.8.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem



gera compensação financeira.

19.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

19.10 A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

19.11 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20 - DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Não será permitida a subcontratação do objeto.

21 - DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO

21.1 O fiscal do contrato será o servidor Júnior Vitório, servidor do Campus de Jacarezinho.

21.2 A gestão do contrato será realizada pelo servidor Luiz Fernando Kazmierczak, Diretor do Campus de Jacarezinho.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, por sua autoridade competente, poderá revogar ou invalidar esta licitação, em qualquer de suas fases, fundamentando os motivos que determinarem sua extinção.

22.2 Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, poderão ser solicitados à Comissão de Licitação da UENP, pelo e-mail licitacao@uenp.edu.br.

22.3 No julgamento das propostas e da habilitação a Comissão poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23 - DOS ANEXOS DO EDITAL

23.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Termo de Referência.



ANEXO 02 – Relação de Itens.

ANEXO 03 – Modelo de Carta Proposta de Preços.

ANEXO 04 – Minuta de Contrato.

Jacarezinho, 10 de Junho de 2026.

Eduardo Rodrigues Andrade
Pregoeiro



ANEXO 01
PREGÃO ELETRÔNICO nº 14/2026

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES POR PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição destinada à expansão e atualização de equipamentos tecnológicos e de segurança patrimonial, visando ao adequado funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da instituição, nos centros de estudos: **Centro de Ciências da Saúde (CCS), especialmente na região da piscina e nas novas áreas vinculadas a Clínica de Fisioterapia e seu bloco de salas de aula, Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) e Centro de Letras e Comunicação e Artes (CLCA) e do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)**. Atualmente os locais carecem de equipamentos visando prover tanto as atividades acadêmicas quanto para a segurança geral, fazendo-se necessária a incrementação do sistema de videomonitoramento atual.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. No âmbito da segurança institucional, a ausência de sistema de videomonitoramento adequado compromete a proteção do patrimônio público e da comunidade acadêmica, aumentando a vulnerabilidade das instalações a ocorrências indesejadas. A implantação e ampliação do sistema de videomonitoramento se mostram essenciais para o fortalecimento das ações de segurança, abrangendo áreas de circulação, acessos principais e demais pontos estratégicos. Tal medida contribuirá para o monitoramento contínuo das dependências institucionais, prevenção de danos ao patrimônio, inibição de práticas ilícitas, identificação ágil de ocorrências e o apoio às ações preventivas, corretivas e de controle de gestão, em consonância com os princípios da eficiência e da proteção do interesse público.

2.2. Adicionalmente, destaca-se a necessidade técnica imperativa de padronização dos equipamentos a serem adquiridos, recomendando-se a aquisição de dispositivos da marca Intelbras. Essa exigência encontra respaldo técnico, operacional e econômico nos seguintes pilares:

2.2.1. O Campus já possui um sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) consolidado com equipamentos desta fabricante. A manutenção da marca garante total compatibilidade técnica, preservando os protocolos de comunicação já implementados e permitindo que o sistema opere de forma integrada e centralizada. Ressalta-se que trata-se de complementar e ampliar um sistema já existente.

2.2.2. A adoção de um sistema unificado assegura maior estabilidade da rede de monitoramento e facilita a conformidade operacional com as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

2.2.3. A padronização possibilita significativa economia nos custos de manutenção e suporte técnico. O uso de uma única marca simplifica diagnósticos, reposições de peças e intervenções corretivas.

2.2.4. A introdução de equipamentos de fabricantes diversos poderia gerar incompatibilidades técnicas, dificultar a gestão unificada do videomonitoramento, exigir integrações complexas e onerosas, e, conseqüentemente, comprometer a eficiência operacional de todo o sistema de segurança do Campus.



2.3. Dessa forma, a padronização proposta, aliada à ampliação estrutural do sistema já existente, apresenta-se como a solução mais adequada, vantajosa, econômica e segura para a administração pública sob os aspectos técnico, operacional e financeiro.

3. DO PRAZO DE ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento do empenho pela empresa selecionada.

3.2 O objeto do contrato deverá ser entregue em embalagem original da fábrica, acompanhada de Nota Fiscal/Fatura nas dependências da **UENP, Campus de Jacarezinho, Sede Administrativa, Av. Manoel Ribas, nº 215, CEP 86400-000, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00h.**

3.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO.

4. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

4.1 O objeto do presente Termo de Referência deverá ter garantia mínima de 12 meses, contados do recebimento definitivo do material, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

4.2 Durante o período de garantia a contratada obrigar-se-á a substituir por produto tecnologicamente equivalente ou superior ou reparar, sem ônus para a UENP (garantia on site), o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização, que não mais exista no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais o produza, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do dia seguinte ao da notificação de inconformidade.

5. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade/quantidade de material e/ou descrição dos serviços executados mencionadas (os) neste termo de referência;

5.1.2. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo.

5.1.2.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;*

5.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, bem como corrigir os serviços não executados de acordo com o termo de referência e edital;

5.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

5.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.

5.1.8. Realizar o transporte do material conforme as exigências para os produtos, devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura, quando for o caso;

5.1.9. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;



5.1.10. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

6. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

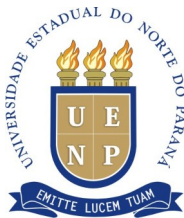
6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.1.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;
- 6.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1.1. Comete infração administrativa nos termos da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, a Contratada que:
 - 7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 7.1.3. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 7.1.4. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 7.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 7.1.6. não manter a proposta, salvo em decor não celebrar o contrato ou não entregar a aderência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 7.1.7. documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 7.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 7.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 7.1.10. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 7.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 7.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 7.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - 7.1.14. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita à aplicação de sanções.
- 7.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na legislação aplicável.
- 7.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos sistemas de controle.



8. Da Especificação do Objeto

8.1. Os licitantes poderão apresentar os catálogos técnicos/folders, com todas as características técnicas (em língua Portuguesa ou traduzido), de todos os produtos ofertados a fim de verificação da similaridade e qualidade do objeto ofertado. Caso este catálogo seja montado em programas de computador pela licitante, este deverá conter, além dos dados técnicos do objeto, slogan e CNPJ do fabricante em conjunto com os dados da licitante.



ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>NVR Gravador de Vídeo NVD 1408 Intelbras - 8 Canais com PoE, 4K</p> <p>Homologação: Equipamento com homologação ANATEL vigente e suporte técnico local em território nacional.</p> <p>Inicialização de Dispositivos: O NVR deve possuir função de inicialização remota de câmeras (ativação e criação de senha) diretamente pela sua interface HDMI/VGA, atribuindo endereços IP automaticamente na sub-rede sem a necessidade de um computador ou software auxiliar (função Plug & Play proprietária).</p> <p>Edição de Parâmetros de Vídeo: Deve permitir o ajuste de parâmetros de imagem da câmera (brilho, contraste, saturação, nitidez, WDR, BLC e HLC) diretamente através do menu do gravador, utilizando protocolo de comunicação nativo, dispensando acesso à interface web da câmera.</p> <p>Atualização de Firmware Centralizada: O equipamento deve ser capaz de identificar a versão de firmware das câmeras conectadas e realizar a atualização remota do firmware das câmeras através de arquivo enviado ao NVR, garantindo a gestão de segurança do parque.</p> <p>Throughput: Taxa de processamento de entrada e saída mínima de 80 Mbps.</p> <p>Compliance LGPD: O serviço de acesso remoto (Cloud/P2P) deve estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo segurança e privacidade das informações.</p> <p>Capacidade de Decodificação (Obrigatório): O equipamento deve ser capaz de decodificar, no mínimo: 1 canal em 8MP (4K) a 30fps ou 4 canais em 1080p a 30fps.</p> <p>Compressão Inteligente: Deve suportar compressão de vídeo no padrão H.265 ou superior, com taxa de bits variável (VBR) e constante (CBR), configurável por canal.</p> <p>Protocolos de Rede: Suporte a IPv4/IPv6, TCP/IP, P2P, UPnP, NTP, DHCP e serviços de DDNS, próprios ou de terceiros.</p>	8	R\$1.456,92	R\$11.655,36



	Compatibilidade de Ecossistema: O gravador deve permitir a Inicialização Automática de câmeras do mesmo fabricante, atribuindo IP sequencial e senha padrão automaticamente, sem necessidade de computador auxiliar.			
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$11.655,36				

ITEM	<u>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</u>	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	<p>Câmera IP Intelbras VIP 1230 B G5 (Full HD 1080p, POE, 2MP) - Câmera IP Bullet FullHD 1080p e 2 Megapixels PoE com Proteção Estendida</p> <p>Proteção Elétrica (Critério Desclassificatório): O equipamento deve possuir circuito de proteção contra surtos de tensão integrado, com nível mínimo de 15kV (quinze quilovolts) na alimentação e interfaces, garantindo maior resistência a descargas elétricas e interferências.</p> <p>Protocolo de Comunicação: Além do padrão ONVIF, a câmera deve suportar o Protocolo Proprietário Intelbras-1 (ou compatível 100%) para garantir a indexação de eventos de movimento no banco de dados do NVR especificado no Item 01.</p> <p>Compressão de Vídeo: Deve suportar compressão de vídeo no padrão H.265+ (Smart Codec) ou superior, com otimização de taxa de bits para diferentes cenários, incluindo ambientes com pouca variação de movimento.</p> <p>Iluminação Infravermelha: Deve possuir iluminação infravermelha com alcance mínimo de 30 metros, com tecnologia de ajuste automático de intensidade para evitar saturação da imagem em objetos próximos.</p> <p>Navegador Web: Interface de configuração compatível com os principais navegadores modernos, sem necessidade de instalação de plugins adicionais.</p> <p>Sensor e Lente: Sensor de imagem do tipo CMOS com varredura progressiva, tamanho mínimo de 1/2.8", com lente</p>	72	R\$309,98	R\$ 22.318,56



	<p>fixa de 3.6mm.</p> <p>Ângulo de Visão: Deve possuir ângulo de visão horizontal mínimo de 102°, adequado para monitoramento de áreas amplas.</p> <p>Iluminação Infravermelha: Alcance mínimo de 30 metros com tecnologia de ajuste automático de intensidade para melhor qualidade de imagem em diferentes distâncias.</p> <p>Interoperabilidade de Gestão: A câmera deve permitir atualização de firmware remota disparada diretamente pela interface do NVR descrito no Item 01, utilizando protocolo proprietário para garantir integridade dos dados.</p>			
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$22.318,56				

ITEM	<u>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</u>	QUANT	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
-------------	--	--------------	----------------------------------	-------------------------------



3	<p>Caixa de Passagem Profissional Intelbras VBox 1000 Mini para CFTV</p> <p>Material: Fabricada em material plástico resistente (ex.: polipropileno, ABS ou equivalente), com aditivo anti-UV e anti-chama.</p> <p>Facilidade de Instalação: A tampa deve possuir sistema de sustentação integrado à base, permitindo sua fixação na posição aberta durante a manutenção, sem causar esforço nos cabos.</p> <p>Vedação: Grau de proteção IP66, com anel de vedação em material elastomérico resistente e proteção contra intempéries, adequada para instalação externa.</p> <p>Recorte de Passagem: Deve permitir passagem de cabos de forma prática, sem necessidade de ferramentas complexas para adaptação em superfícies.</p> <p>Compatibilidade Mecânica: A base externa da caixa deve possuir marcações de furação em baixo relevo coincidentes exatamente com a base da câmera bullet especificada no Item 02, permitindo fixação direta sem adaptadores.</p>	72	R\$7,28	R\$524,16
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$524,16				

ITEM	<u>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</u>	QUANT	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
4	<p>Switch PoE 10 Portas S1110G-PA Intelbras</p> <p>Topologia: 8 portas PoE/PoE+ (802.3af/at) 10/100/1000 Mbps + mínimo de 2 portas Gigabit Ethernet para uplink, totalizando 10 portas RJ45.</p> <p>Proteção Contra Surtos: Todas as portas devem possuir proteção contra surtos de tensão, adequada para operação em ambientes sujeitos a interferências elétricas, conforme especificado em documentação do fabricante.</p> <p>Função VLAN: Deve permitir a ativação de isolamento de portas (VLAN) e modo de extensão de alcance PoE, por meio de</p>	5	R\$820,36	R\$4.101,80



	<p>interface física ou lógica, quando aplicável.</p> <p>Flow Control: Suporte a IEEE 802.3x (Flow Control) para prevenir perda de pacotes em tráfego intenso.</p> <p>Capacidade de Chaveamento (Switching Capacity): Mínimo de 20 Gbps.</p>			
--	---	--	--	--

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$4.101,80

ITEM	<u>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</u>	QUANT	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
5	<p>Conector RJ45 Macho. Categoria: CAT6</p> <p>Montagem por crimpagem, compatível com cabos de rede padrão CAT6, devendo atender às especificações técnicas da categoria para transmissão de dados.</p> <p>Os conectores devem possuir contatos metálicos adequados para garantir boa conexão elétrica e desempenho compatível com a categoria especificada.</p>	50	R\$0,77	R\$38,50

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$38,50

ITEM	<u>DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO</u>	QUANT	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
------	--------------------------------	-------	---------------------------	------------------------



6	<p>Cabo LAN U/UTP Cat6 23AWG</p> <p>Produto com Certificado de Homologação ANATEL gravado de forma indelével na capa do cabo, juntamente com a metragem sequencial.</p> <p>Fio sólido de 100% Cobre Eletrolítico (Proibido o uso de alumínio cobreado - CCA ou CCS).</p> <p>Bitola nominal de 23 AWG ou superior (diâmetro do condutor não inferior a 0,55mm).</p> <p>O produto deve possuir certificação RoHS (Restriction of Hazardous Substances) comprovada em datasheet.</p> <p>Delay Skew (atraso de propagação) inferior a 45ns/100m.</p> <p>Resistência elétrica máxima do condutor em CC de 9,38 Ω/100m a 20°C (padrão superior de cobre puro).</p> <p>Máximo de 5% (garantia de estabilidade para alimentação PoE).</p> <p>Constituída em PVC retardante a chama (CM), com diâmetro nominal final não superior a 6,0mm \pm 0,2mm, para facilitar a passagem em eletrodutos saturados.</p> <p>Caixa "Fastbox" ou similar com abertura frontal para saída desenrolada do cabo.</p>	5	R\$1.100,72	R\$5.503,60
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 5.503,60				

VALOR TOTAL DOS 6 ITENS: R\$ R\$44.141,98
--

8.2. O Valor global estimado da aquisição é de R\$44.141,98 (quarenta e quatro mil, cento e quarenta e um reais e noventa e oito centavos), com base em pesquisa realizada em e-commerces, loja física e banco de preços.

9. DO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1 Para fins de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, designa-se a **Júnior Vítório (fiscal)**, cujo endereço de e-mail é: juninho@uenp.edu.br, responsável por verificar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada, registrar ocorrências, solicitar providências e informar à Gestora sobre eventuais irregularidades.

9.2 Designa-se como **Gestor do Contrato o Diretor do Campus de Jacarezinho, Luiz Fernando Kazmierczak**, a quem compete supervisionar a execução do contrato em sua totalidade, adotar as medidas administrativas necessárias para garantir sua adequada execução, além de tomar decisões e representar a Administração perante a contratada, quando necessário.



Jacarezinho, 09 de abril de 2026.

Assinado eletronicamente

Najara Alves Lúcio

CPF: 065.078.489-80

Assessora Especial da Direção

Planejamento/Compras - CJ - UENP

Assinado eletronicamente

Amábile Rita de Oliveira Maruyama

CPF: 102.718.709-90

Agente Universitária Profissional - Administradora

Planejamento/Compras - CJ - UENP

Assinado eletronicamente

Emanoel Benedito Monica

CPF: 109.419.259-78

Agente Universitário - Divisão de Suporte Técnico

Núcleo de Tecnologia da Informação CJ/ UENP

Assinado eletronicamente

Junior Vitorio

CPF: 041.193.249-74

Divisão de Suporte Técnico

Núcleo de Tecnologia da Informação CJ - UENP



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

ANEXO 02

RELAÇÃO DE ITENS

Item	Descrição/ Especificação	Qtd.	Valor Máximo	
			R\$ Unit	R\$ Total
1	<p>NVR Gravador de Vídeo NVD 1408 Intelbras - 8 Canais com PoE, 4K</p> <p>Homologação: Equipamento com homologação ANATEL vigente e suporte técnico local em território nacional.</p> <p>Inicialização de Dispositivos: O NVR deve possuir função de inicialização remota de câmeras (ativação e criação de senha) diretamente pela sua interface HDMI/VGA, atribuindo endereços IP automaticamente na sub-rede sem a necessidade de um computador ou software auxiliar (função Plug & Play proprietária).</p> <p>Edição de Parâmetros de Vídeo: Deve permitir o ajuste de parâmetros de imagem da câmera (brilho, contraste, saturação, nitidez, WDR, BLC e HLC) diretamente através do menu do gravador, utilizando protocolo de comunicação nativo, dispensando acesso à interface web da câmera.</p> <p>Atualização de Firmware Centralizada: O equipamento deve ser capaz de identificar a versão de firmware das câmeras conectadas e realizar a atualização remota do firmware das câmeras através de arquivo enviado ao NVR, garantindo a gestão de segurança do parque.</p> <p>Throughput: Taxa de processamento de entrada e saída mínima de 80 Mbps.</p> <p>Compliance LGPD: O serviço de acesso remoto (Cloud/P2P) deve estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo segurança e privacidade das informações.</p> <p>Capacidade de Decodificação (Obrigatório): O equipamento deve ser capaz de decodificar, no mínimo: 1 canal em 8MP (4K) a 30fps ou 4 canais em 1080p a 30fps.</p> <p>Compressão Inteligente: Deve suportar compressão de vídeo no padrão H.265 ou superior, com taxa de bits variável (VBR) e constante (CBR), configurável por canal.</p> <p>Protocolos de Rede: Suporte a IPv4/IPv6, TCP/IP, P2P, UPnP, NTP, DHCP e serviços de DDNS, próprios ou de terceiros.</p>	8	R\$1.456,92	R\$11.655,36



	Compatibilidade de Ecossistema: O gravador deve permitir a Inicialização Automática de câmeras do mesmo fabricante, atribuindo IP sequencial e senha padrão automaticamente, sem necessidade de computador auxiliar.			
2	<p>Câmera IP Intelbras VIP 1230 B G5 (Full HD 1080p, POE, 2MP)</p> <p>Câmera IP Bullet FullHD 1080p e 2 Megapixels PoE com Proteção Estendida</p> <p>Proteção Elétrica: O equipamento deve possuir circuito de proteção contra surtos de tensão integrado, com nível mínimo de 15kV (quinze quilovolts) na alimentação e interfaces, garantindo maior resistência a descargas elétricas e interferências.</p> <p>Protocolo de Comunicação: Além do padrão ONVIF, a câmera deve suportar o Protocolo Proprietário Intelbras-1 (ou compatível 100%) para garantir a indexação de eventos de movimento no banco de dados do NVR especificado no Item 01.</p> <p>Compressão de Vídeo: Deve suportar compressão de vídeo no padrão H.265+ (Smart Codec) ou superior, com otimização de taxa de bits para diferentes cenários, incluindo ambientes com pouca variação de movimento.</p> <p>Iluminação Infravermelha: Deve possuir iluminação infravermelha com alcance mínimo de 30 metros, com tecnologia de ajuste automático de intensidade para evitar saturação da imagem em objetos próximos.</p> <p>Navegador Web: Interface de configuração compatível com os principais navegadores modernos, sem necessidade de instalação de plugins adicionais.</p> <p>Sensor e Lente: Sensor de imagem do tipo CMOS com varredura progressiva, tamanho mínimo de 1/2.8", com lente fixa de 3.6mm.</p> <p>Ângulo de Visão: Deve possuir ângulo de visão horizontal mínimo de 102°, adequado para monitoramento de áreas amplas.</p> <p>Iluminação Infravermelha: Alcance mínimo de 30 metros com tecnologia de ajuste automático de intensidade para melhor qualidade de imagem em diferentes distâncias.</p> <p>Interoperabilidade de Gestão: A câmera deve permitir atualização de firmware remota disparada diretamente pela interface do NVR descrito no Item 01, utilizando protocolo proprietário para garantir integridade dos dados.</p>	72	R\$309,98	R\$ 22.318,56
3	<p>Caixa de Passagem Profissional Intelbras VBox 1000 Mini para CFTV</p> <p>Material: Fabricada em material plástico resistente (ex.: polipropileno, ABS ou equivalente), com aditivo anti-UV e</p>	72	R\$7,28	R\$524,16



	<p>anti-chama.</p> <p>Facilidade de Instalação: A tampa deve possuir sistema de sustentação integrado à base, permitindo sua fixação na posição aberta durante a manutenção, sem causar esforço nos cabos.</p> <p>Vedação: Grau de proteção IP66, com anel de vedação em material elastomérico resistente e proteção contra intempéries, adequada para instalação externa.</p> <p>Recorte de Passagem: Deve permitir passagem de cabos de forma prática, sem necessidade de ferramentas complexas para adaptação em superfícies.</p> <p>Compatibilidade Mecânica: A base externa da caixa deve possuir marcações de furação em baixo relevo coincidentes exatamente com a base da câmera bullet especificada no Item 02, permitindo fixação direta sem adaptadores.</p>			
4	<p>Switch PoE 10 Portas S1110G-PA Intelbras</p> <p>Topologia: 8 portas PoE/PoE+ (802.3af/at) 10/100/1000 Mbps + mínimo de 2 portas Gigabit Ethernet para uplink, totalizando 10 portas RJ45.</p> <p>Proteção Contra Surtos: Todas as portas devem possuir proteção contra surtos de tensão, adequada para operação em ambientes sujeitos a interferências elétricas, conforme especificado em documentação do fabricante.</p> <p>Função VLAN: Deve permitir a ativação de isolamento de portas (VLAN) e modo de extensão de alcance PoE, por meio de interface física ou lógica, quando aplicável.</p> <p>Flow Control: Suporte a IEEE 802.3x (Flow Control) para prevenir perda de pacotes em tráfego intenso.</p> <p>Capacidade de Chaveamento (Switching Capacity): Mínimo de 20 Gbps.</p>	5	R\$820,36	R\$4.101,80
5	<p>Conector RJ45 Macho. Categoria: CAT6</p> <p>Montagem por crimpagem, compatível com cabos de rede padrão CAT6, devendo atender às especificações técnicas da categoria para transmissão de dados.</p> <p>Os conectores devem possuir contatos metálicos adequados para garantir boa conexão elétrica e desempenho compatível com a categoria especificada.</p>	50	R\$0,77	R\$38,50
6	<p>Cabo LAN U/UTP Cat6 23AWG</p> <p>Produto com Certificado de Homologação ANATEL gravado de forma indelével na capa do cabo, juntamente com a metragem sequencial.</p> <p>Fio sólido de 100% Cobre Eletrolítico (Proibido o uso de alumínio cobreado - CCA ou CCS).</p> <p>Bitola nominal de 23 AWG ou superior (diâmetro do</p>	5	R\$1.100,72	R\$5.503,60



	<p>condutor não inferior a 0,55mm).</p> <p>O produto deve possuir certificação RoHS (Restriction of Hazardous Substances) comprovada em datasheet.</p> <p>Delay Skew (atraso de propagação) inferior a 45ns/100m.</p> <p>Resistência elétrica máxima do condutor em CC de 9,38 Ω/100m a 20°C (padrão superior de cobre puro).</p> <p>Máximo de 5% (garantia de estabilidade para alimentação PoE).</p> <p>Constituída em PVC retardante a chama (CM), com diâmetro nominal final não superior a 6,0mm \pm 0,2mm, para facilitar a passagem em eletrodutos saturados.</p> <p>Caixa "Fastbox" ou similar com abertura frontal para saída desenrolada do cabo. Caixa com 305 metros.</p>			
--	--	--	--	--

Obs.: A indicação de marca específica nos itens 01 ao 04 justifica-se pela necessidade de padronização dos equipamentos, considerando que a contratação visa a ampliação e atualização de sistema de monitoramento já existente na Instituição, conforme indicado no Termo de Referência.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

ANEXO 03

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ: _____ FONE: (____) _____

E-MAIL: _____

Item	Descrição	Marca/ Modelo	Qtd.	Valor	
				R\$ Unit.	R\$ Total
...					
...					
...					
				Total	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados do responsável pela assinatura do contrato.

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

Dados Bancários da empresa:

Banco:

Agência:

C/C:

Local e data.

Representante Legal
Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO nº 14/2026

ANEXO 04

MINUTA DE CONTRATO nº 00/2026

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP), autarquia estadual de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 08.885.100/0001-54, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 850, Centro, Jacarezinho/PR, CEP 86400-000, neste ato, representada por seu Reitor Prof. Dr. Fabio Antonio Néia Martini, portador do RG nº *.07.09*-* SESP/PR, inscrito no CPF sob nº ***.608.41*-.**.

CONTRATADA: #####, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº #####, com sede #####, neste ato representada por #####.

As partes têm entre si justo e acertado o presente Contrato, resultante da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico 14/2026 (GMS 775/2026)**, Processo nº 25.683.070-1, **homologado em 00/00/2026**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, suas alterações e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições especificadas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Este contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais para ampliação da infraestrutura de videomonitoramento das unidades do Campus de Jacarezinho..

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Valor	
					R\$ Unit.	R\$ Total
...						
...						
...						
					Total	

Parágrafo Único: Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Pregão Eletrônico nº 14/2026, com seus anexos e a respectiva proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 Pela aquisição do objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ #####. (#####)**.



CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA

3.1 O objeto deverá ser entregue em embalagem original de fábrica, acompanhado da nota fiscal/fatura.

3.2 As entregas deverão ser realizadas na Sede Administrativa do Campus de Jacarezinho, Av. Manoel Ribas, nº 215 – Centro, Jacarezinho/PR, CEP 86.400-000, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

3.3 O fornecimento será realizado em **entrega única**.

3.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação mediante “atesto” na fiscal/fatura, circunstanciado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo.

3.5 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.7 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação enviada pela UENP.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação de seu extrato no DIOE/PR.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega definitiva do objeto e o atesto de conformidade do servidor responsável na nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2 Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

I - efetuar o pagamento ajustado à **CONTRATADA**;

II - dar à **CONTRATADA** as condições necessárias para regular execução do Contrato.



III - comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

IV - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

6.3 Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

I - prestar o fornecimento na forma ajustada com o CONTRATANTE;

II - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros, decorrentes da execução do presente Contrato;

III - manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico nº 14/2026**;

IV - apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante a execução do Contrato, documentos que comprove o efetivo cumprimento da legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

V - Aceitar, se for necessário, acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 O CONTRATADO se incorrer em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

7.2 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar;

IV – Declaração de inidoneidade;

7.3 Para aplicação das sanções administrativas, a CONTRATANTE considerará a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.4 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:



I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

7.5 A sanção administrativa de **MULTA** será aplicada por inexecução total ou parcial da obrigação, sujeitando o inadimplente à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observando-se os seguintes limites:

7.5.1 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197 do Decreto Estadual 10.086/2022.

7.5.2 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

7.5.3 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pelo CONTRATANTE, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que o CONTRATANTE reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o CONTRATADO.

7.5.4 A retenção de pagamento de outros contratos, pelo CONTRATANTE, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

7.5.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

7.5.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e na Lei Estadual nº 20.656/2021, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013 e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

7.5.8 As multas previstas neste Contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Estadual.

7.6 A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do



Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

7.7 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.8 A não regularização da documentação pertinente à comprovação de regularidade fiscal por parte das microempresas e empresas de pequeno porte no prazo estabelecido no Edital, implica em descumprimento de obrigação passível de aplicação das sanções administrativas, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES E CORREÇÃO MONETÁRIA

8.1 No caso da necessidade de reajuste do valor deste contrato, nos termos do art. 6º, inc. LVIII da Lei 14.133/21, será adotado como índice o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE). A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

8.2 Na ocorrência de pedido de repactuação de preços, o mesmo será respondido em até 30 (trinta) dias.

8.3 Na ocorrência de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o mesmo será respondido em até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DO RECURSO FINANCEIRO

9.1 Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4548.12.364.34.8149, natureza de despesa 3390-3026, 4490-5224, 4490-5233, 4490-5235. Fonte: 501.

9.2 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA, à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME DE FORNECIMENTO

10.1 O presente contrato será executado em regime de fornecimento com entrega única.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

11.1 Os itens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do material, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 180, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, ensejará a extinção do presente contrato.

12.2 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar nas consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2022, sem prejuízo das demais sanções previstas.

12.5 Conforme disposto no art. 90, § 7º da Lei 14.133/2022 será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.

12.6 O CONTRATADO reconhece, desde já, todos os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR E DOS FISCAIS

13.1 A gestão do contrato será realizada pelo servidor Luiz Fernando Kazmierczak, Diretor do Campus de Jacarezinho.

13.2 O fiscal do contrato será o servidor Júnior Vítório, servidor do Campus de Jacarezinho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na legislação abaixo e outras pertinentes ao objeto, ainda que não explicitadas:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b) Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- e) Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil Brasileiro e, ainda, pelos preceitos de direito público e pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos.

14.2 Aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LGPD

15.1 Quanto ao tratamento dos dados pessoais, as partes se comprometem a proteger os respectivos direitos fundamentais da liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais. Com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os referidos dados pessoais submetidos neste instrumento contratual, interesses legítimos, específicos, explícitos, no que couber, devem ser previamente informados ao titular, previstas nas hipóteses dos art. 7º, art. 11 e/ou art.14 da Lei 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, impossibilitadas de serem dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Jacarezinho/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Jacarezinho, XX de XXXXXX de 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP

Fábio Antonio Néia Martini
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX
CONTRATADA

XXXXXXXXXX
Gestor

XXXXXXXXXX
Fiscal

XXXXXXXXXX
Testemunha

XXXXXXXXXX
Testemunha